

**Zaira Regina Zafalon  
Martha Suzana Cabral Nunes  
Márcia Ivo Braz  
Alessandra dos Santos Araújo**  
Organizadoras

**PERCURSOS DE PESQUISA  
EM CIÊNCIA DA  
INFORMAÇÃO**

**mediação da informação e  
gestão do conhecimento**

Zaira Regina Zafalon  
Martha Suzana Cabral Nunes  
Márcia Ivo Braz  
Alessandra dos Santos Araújo  
(Organizadoras)

**PERCURSOS DE PESQUISA EM  
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**  
**mediação da informação e gestão do  
conhecimento**

São Paulo  
Abecin Editora  
2021

©2021 by Zaira Regina Zafalon, Martha Suzana Cabral Nunes, Márcia Ivo Braz e  
Alessandra dos Santos Araújo (organizadoras)  
Direitos desta edição reservados à ABECIN Editora

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA  
LICENÇA CREATIVE COMMONS



Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0

É permitido copiar, distribuir, exibir, executar a obra e criar obras derivadas desde que sem fins comerciais e que seja dado o crédito apropriado aos autores e compartilhada sob a mesma licença do original.

#### Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

P429 Percursos de pesquisa em Ciência da Informação : mediação da informação e gestão do conhecimento / Zaira Regina Zafalon, Martha Suzana Cabral Nunes, Márcia Ivo Braz e Alessandra dos Santos Araújo (org.). – São Paulo: Abecin Editora, 2021. 258 p.

e-ISBN: 978-65-86228-06-9.

Inclui referências.

Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora>.

1. Ciência da Informação. 2. Mediação da informação. 3. Gestão do conhecimento. I. Zafalon, Zaira Regina, org. II. Nunes, Martha Suzana Cabral, org. III. Braz, Márcia Ivo, org. IV. Araújo, Alessandra dos Santos, org.

CDU: 02(05)

CDD: 020

Ficha catalográfica: Melissa dos Santos Araújo – CRB-1 3426/DF.

### COMISSÃO EDITORIAL E CIENTÍFICA

Editor-chefe: Zaira Regina Zafalon (UFSCar)

Aldinar Martins Bottentuit (UFMA)	José Antonio Frías (USAL, Espanha)
Alessandra dos Santos Araújo (UFS)	José Antonio Moreira González (UC3M, Espanha)
Andréa Pereira dos Santos (UFG)	Manuela Moro Cabero (USAL, Espanha)
Aurora Cuevas-Cerveró (UCM, Espanha)	Márcia Ivo Braz (UFPE)
Célia Regina Simonetti Barbalho (UFAM)	Márcio Bezerra da Silva (UNB)
Danielly Oliveira Inomata (UFAM)	Marta Lúcia Pomim Valentim (UNESP)
Dunia Llanes Padrón (UH, Cuba)	Martha Suzana Cabral Nunes (UFS)
Franciele Marques Redigolo (UFPA)	Meri Nadia Marques Gerlin (UFES)
Helen Beatriz Frota Rozados (UFRGS)	Naira Christofolletti Silveira (UNIRIO)
Henriette Ferreira Gomes (UFBA)	Paulina Szafran (UDELAR, Uruguai)
Ieda Pelógia Martins Damian (USP)	Samile Andréa de Souza Vanz (UFRGS)
Isidoro Gil Leiva (UM, Espanha)	Valéria Martin Valls (FESP/SP)
Ivana Lins (UFBA)	

Normalização: Autores

Diagramação, Editoração, Revisão e Capa: Zaira Regina Zafalon

O conteúdo dos capítulos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam necessariamente a posição oficial da Editora Abecin. Os originais foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros da Comissão Editorial e Científica desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

## CAPÍTULO 7

# RAIZES ENTRELAÇADAS NO TEMPO: A MAGNÓLIA E O MUSEU JOAQUIM FELIZARDO

*Katia Cilene de Almeida*

*Ana Celina Figueira da Silva*

### 1 INTRODUÇÃO

O trabalho de conclusão de curso, sobre o qual trata este texto (ALMEIDA, 2018), teve o intuito de potencializar o patrimônio ambiental nos museus que tem vegetação externa. Para divulgar a preservação do meio ambiente através de atividades culturais-educativas, partimos da percepção da natureza como um sistema complexo no qual todos nós somos interdependentes. É urgente perceber que, se o planeta for degradado a ponto de não fornecer mais as condições necessárias, nossa vida na Terra estará impossibilitada.

O objeto da pesquisa desenvolvida foi, especificamente, uma árvore centenária, uma Magnólia, localizada no pátio do Museu Joaquim Felizardo (MJF), situado no bairro Cidade Baixa em Porto Alegre/RS. O MJF está sediado num solar do século XIX, em uma chácara, possuindo até hoje, amplo pátio com muitas árvores e vegetação, entre as quais destaca-se a Magnólia por sua antiguidade.

Os trabalhos científicos que tomam o Museu como objeto de pesquisa, ressaltam o seu patrimônio edificado e arqueológico. Destacamos, nesse sentido, a pesquisa de Sergio Giacomelli (1992), que descreve a trajetória do Solar Lopo Gonçalves desde

a construção até ser transformado em Museu e o Caderno de Restauro I (1997) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que traz o registro das atividades de restauração do prédio. Também apontamos a pesquisa de Luis Claudio P. Symanski (1998), referência para a arqueologia e história do bairro Cidade Baixa no século XIX e de Zita Possamai (2001), que trata da formação e preservação do acervo do MJF. Assim, consideramos que a investigação proposta, pudesse contribuir na reflexão de como a instituição inclui sua árvore centenária e tombada, dentro da perspectiva de patrimônio ambiental, tema ainda não privilegiado nos estudos apresentados.

Nessa pesquisa, de abordagem qualitativa, buscamos levantar os dados morfológicos da árvore Magnólia, seu processo de tombamento junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente–SMAM, através dos decretos que instituíram o “Inventário das árvores imunes ao corte em Porto Alegre” (1976/1978) e em publicações sobre arborização urbana. Também foi analisado o registro de algumas atividades culturais realizadas no Museu, na intenção de identificar de que forma a Magnólia é incorporada nas ações de promoção do patrimônio desenvolvidas pelo MJF. A metodologia foi de caráter bibliográfico, com pesquisa nos acervos das seguintes bibliotecas: SMAM, Municipal Josué Guimarães e MJF.

## 2 AS RAÍZES

A árvore Magnólia do MJF ganha destaque pela sua antiguidade e também por ter conferido identidade ao prédio que sedia o Museu, chamado de “Solar da Magnólia”. Essa árvore está associada à história do MJF e ao próprio bairro onde está localizada. É essa trajetória que apresentamos, levantando seus

aspectos botânicos e sua história. Sua importância nos instigou à investigação de como o Museu a insere, ou não, em suas atividades culturais como possibilidade de trabalhar, de forma ampliada, o conceito de patrimônio, englobando o meio ambiente.

## **2.1 Porto Alegre, o Solar e a Magnólia – raízes que se cruzam**

Conhecida popularmente por Magnólia branca ou Magnólia perene, essa árvore alta e longeva, tem flores perfumadas, aveludadas que chegam a medir 30 centímetros de diâmetro<sup>12</sup>. Depois da floração desenvolvem um fruto, em forma de pinha, onde se alojam as sementes vermelhas.

A Magnólia do Museu, em decorrência de partes ocas na árvore, necroses, fungos e a presença de plantas parasitas, teve em 2019, uma rachadura central com perda significativa do tronco, o que ocasionou consternação na instituição. Apesar de não fazer parte oficialmente do acervo do Museu, a árvore tem, intrinsecamente, valor patrimonial, por sua importância histórica e afetiva para a cidade.

Em Porto Alegre, na então Rua da Margem, onde hoje é a Rua João Alfredo, bairro Cidade Baixa, se localizava a propriedade do sogro de Lopo Gonçalves Bastos, que entre 1845 e 1855, construiu um Solar para ser usado como local de veraneio. O inventário deixado pelo sogro, João Luis Teixeira, indica que o espaço era uma chácara, com muitas árvores. (SYMANSKI, 1998, p.96).

---

<sup>12</sup> O nome científico é *Magnólia grandifolia*, são árvores da família Magnoliaceae.

Bastos nasceu em Portugal, em São Miguel de Gêmeos de Bastos, por volta de 1800, onde até hoje existem muitas magnólias, o que nos leva a suspeitar que a Magnólia já fosse conhecida por Bastos. Como era abastado comerciante e trabalhava com navegação, talvez possa ter trazido, recebido ou encomendado a semente de magnólia do exterior<sup>13</sup>.

Nos anos 1970 a citação do nome da árvore, feita por um importante jornalista gaúcho, Alberto André, para designar o Solar de Lopo Gonçalves Bastos, nos leva a perceber, conforme Zubarán (2012, p. 94) que,

A representação do Solar como "Casa das Magnólias" é uma alusão à árvore centenária que adornava (e ainda adorna) o jardim do Solar e a qual o jornalista atribuía um valor afetivo, estabelecendo vínculos subjetivos de pertencimento que diferenciavam o Solar de outros prédios e que o legitimavam como patrimônio cultural. (ZUBARÁN, 2012, p. 94)

No trecho acima, Zubarán (2012) mostra o valor afetivo atribuído à casa e a essa árvore por Alberto André. Os vínculos subjetivos podem ser entendidos como memórias afetivas ou nostálgicas, e é alusivo ao sentimento da necessidade de preservação da edificação que o jornalista defendia.

O Solar passou por vários donos até que em 1974 a Prefeitura Municipal adquiriu o edifício, iniciando sua restauração em 1980. No ano anterior, em 1979, foi decretada a criação do Museu de Porto Alegre, que passaria a se instalar no prédio em

---

<sup>13</sup> São nativas do sudoeste dos Estados Unidos, encontradas em florestas subtropicais, ruas e parques daquele país e cultivadas também na Ásia e na Índia.

1982, em um arranjo de pertencimento e representação da cidade, conforme esclarece Possamai (2001, p. 40):

O Museu de Porto Alegre receberia como doação uma das suas principais peças, o Solar Lopo Gonçalves. A construção com características da arquitetura luso-brasileira, devidamente restaurada e preservada para as futuras gerações, seria a partir de então inserida na história da cidade. Ou será que o Solar viria a abocanhar a cidade? Recebendo uma obra arquitetônica de tal monumentalidade, o recém-nascido Museu de Porto Alegre parecia muito frágil e pequeno para conter o Solar.

O museu de Porto Alegre, além do Solar, também ganhava uma árvore histórica, que teve seu tombamento realizado antes da implementação do Museu naquele espaço. Isso reforça, a musealidade da árvore, ou seja, “a sua *potencialidade* com base nos valores existentes e [que] pode adquirir novos valores quando é comunicado em um discurso museológico” (BRULON, 2017). Nesse sentido, a Magnólia também pode ser vista como uma “peça” do acervo do MJF, assim como Possamai (2001) considerou o prédio em relação ao Museu.

Partindo do que está estabelecido como a missão do MJF, que é “[...] promover a interação da sociedade com o patrimônio cultural da cidade, com ênfase na sua história e memória, por meio da preservação, pesquisa e comunicação dos bens culturais sob sua guarda” (PREFEITURA, s.a, doc. eletr) e considerando a importância que a Magnólia possui, como elemento identificador do prédio do Museu fazendo parte da memória afetiva dos habitantes da cidade, entendemos que suas características e história devem ser divulgadas pelo Museu ao qual está associada.



A Secretaria do Meio Ambiente (SMAM) do município, foi instaurada em 1976, mesmo ano do Decreto Municipal 5.482, que determinou o “Inventário das árvores tombadas e imunes ao corte” dentre as quais identificamos a Magnólia localizada no pátio do MJF. A partir desse panorama, nos é possível estabelecer algumas reflexões sobre a integração dessa árvore nas atividades do MJF, que possibilitem mais ações voltadas para o patrimônio ambiental.

## **2.2 Magnólia, patrimônio vivo**

Todo espaço em que se desenvolve a vida, pode ser entendido como meio ambiente. Sua degradação surgiu, praticamente, junto com a existência, o desenvolvimento e as transformações humano-sociais ao longo do tempo.

Muitos encontros intergovernamentais, em nível internacional, vêm abordando a temática ambiental. A conferência de Tbilisi<sup>14</sup>, por exemplo, declarava que pela ação humana, a natureza estava em desequilíbrio crescente, expondo em risco as espécies vivas (Carta de Tbilisi, 1977, doc. eletr).

Diante desse risco, é necessário criar processos de conscientização a partir dos valores, das habilidades, da determinação e das experiências humanas, o que pode ser concretizado por vias da educação não formal, no que se enquadram os museus. Nesse sentido, enquanto profissionais de museus, podemos estimular os visitantes a terem uma melhor experiência museal, a partir de novas percepções sobre os elementos da natureza, que muitas vezes estão presentes nas

---

<sup>14</sup> Conferência organizada em 1977 pela UNESCO e pelo Programa de Meio Ambiente da ONU que estabeleceu os objetivos, as definições e as estratégias para educação ambiental no mundo.

áreas externas dos museus e podem ser compreendidos como “acervos vivos”, que merecem tanto cuidados e pesquisa, quanto as peças abrigadas nas áreas internas da instituição.

Museus são lugares propícios para educação ambiental, pois conforme Rocha (2012, p. 11):

A importância dada pela sociedade às questões ambientais encontra nos museus a possibilidade de ter como base de construção do seu conhecimento as abordagens científicas, mas estas atravessadas por outros valores sociais. (ROCHA, 2012, p.11).

Assim, buscando compreender a possibilidade de experiências museais a partir do meio ambiente, Rocha completa que,

(...) nossas reflexões se direcionaram para os caminhos da musealidade do patrimônio “meio ambiente” na sociedade atual, nos direcionando para a constituição de um patrimônio que se define temporal e espacialmente na relação homem/meio ambiente e encontra como horizonte aberto uma nova categoria para pensar a musealização das “formas de vida”: o transitório. (ROCHA, 2012, p 8).

Nessa direção, árvore Magnólia do MJF, patrimônio da cidade de Porto Alegre, pode integrar as atividades culturais-educativas do Museu, possibilitando a problematização de temáticas prementes de nossa sociedade, como a arborização urbana, a fauna e a diversidade ambiental de nossa cidade.

### **2.3 Os frutos: a Magnólia nas atividades culturais do Museu**

Uma das atribuições dos museus são as ações educativas-culturais, nas quais os parâmetros pedagógicos trabalhados

devem buscar contemplar todas as esferas da diversidade cultural e cognitiva, pois, efetivamente,

a educação significa a implementação dos meios necessários para a formação e o desenvolvimento de pessoas e de suas próprias capacidades. A educação museal pode ser definida como um conjunto de valores, de conceitos, de saberes e de práticas que têm como fim o desenvolvimento do visitante. (DESVALLÉS e MARRESSE, 2011 p 38).

As ações educativo-culturais têm a intenção de aumentar o repertório de conhecimento dos visitantes, proporcionando outras formas de visão de mundo, que faça sentido dentro da realidade de cada um e seja um fator de mudanças de atitude.

Acompanhando uma das mediações no Museu foi possível perceber como a Magnólia é trabalhada. Logo no início da atividade com um grupo, ainda com todos os visitantes na rua, embaixo da árvore, é apenas dito que ela é centenária. Percebe-se que não é feito nenhum comentário sobre aspectos botânicos, fitossanitários ou históricos, nem do inventário de tombamento. Perde-se a oportunidade de trabalhar educação patrimonial e ambiental no sentido de que uma árvore é também um bem de todos, fundamental para a qualidade de vida na perspectiva da sustentabilidade e da ecologia.

Conforme diretrizes do Programa Nacional de Educação Ambiental, o ProNEA - uma parceria do Ministério da Educação com o Ministério do Meio Ambiente -, estimular um pensamento ecológico-crítico nos visitantes da instituição, requer uma atenção especial para a complexidade e realidades contemporâneas. Assim,

Mais até que uma abordagem sistêmica, a educação ambiental exige a perspectiva da complexidade, que implica em que no mundo interagem diferentes níveis da realidade (objetiva, física, abstrata, cultural, afetiva...) e se constroem diferentes olhares decorrentes das diferentes culturas e trajetórias individuais e coletivas. (ProNEA, 2014, p. 24).

A questão ambiental poderia estar na pauta das atividades socioculturais promovidas na instituição, pois,

a sociedade do presente tem a responsabilidade de refletir sobre a dimensão do patrimônio ambiental que se encontra à nossa disposição, menos em função de nós mesmos e do sentimento de perda, que em função das gerações futuras e do sentimento de continuidade do que ainda resta a ser conservado. (ROCHA, 2012, p. 22).

Num recorte temporal de 1983 até 2012, foram analisadas oito ações educativo-culturais desenvolvidas no Museu. A seleção dessas atividades foi feita a partir da oportunidade de inserção da árvore Magnólia como mote para educação ambiental. São palestras, exposições, rodas de chimarrão e diálogos que a instituição promoveu e registrou nesse intervalo de tempo.

Analisando essas atividades, constatamos que interlocuções com os visitantes, sob o ponto de vista que reforça a noção de identidade e pertencimento da árvore ao contexto museológico, não foi prioridade nessas ações educativas-culturais. Talvez pela tipologia do Museu (histórico), ou por, naquele período, ainda não ter avançado a discussão sobre a preservação ambiental dentro da instituição.

Outra análise desenvolvida no trabalho, tomou como fonte um “Projeto Museográfico”, de 1996, elaborado pela

pesquisadora Maria Tereza Brunelli. Ele apresenta uma revisão do tratamento dado à identificação das plantas do pátio do MJF, concluindo que a sinalização da vegetação, remanescente da época do restauro do Solar, estava confusa e incompleta. Na data da conclusão do TCC, final de 2018, já não havia mais nenhum tipo de identificação das plantas, tampouco quaisquer outras informações que pudessem amplificar a experiência dos visitantes.

O regimento interno do MJF, atualizado em 2011, traz a informação de que o Museu tem potencial para o trabalho de profissionais graduados em história e áreas relacionadas às ciências ambientais, que agregados à equipe institucional, poderiam contribuir no preenchimento da lacuna referente à educação ambiental no MJF.

Outro projeto analisado foi o “Turismo fazendo escola”, edição do ano de 2017, da Prefeitura de Porto Alegre. Nele, as crianças do quarto ano da rede escolar municipal, fazem um passeio a bordo de um ônibus de turismo. O roteiro tem como ponto final, o Museu, onde os alunos realizam uma visita. Posteriormente, as escolas foram convidadas a enviarem para os agentes do projeto, um registro da experiência em forma de desenho, feitos pelos alunos. O Museu aparece em 12 trabalhos recebidos e dentre esses, 6 retratavam a Magnólia. Pelo interesse das crianças, nota-se um imenso potencial a ser desenvolvido. A Magnólia representa valores culturais da memória histórica da cidade e tem um grande potencial sensibilizador.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada permitiu o levantamento de dados históricos e botânicos sobre a árvore Magnólia do MJF, que demonstraram seu valor enquanto patrimônio e seu potencial para alavancar ações socioeducativo-culturais no Museu que incluem a educação ambiental.

A presença da Magnólia junto ao Solar, mesmo antes da criação do Museu de Porto Alegre, e a consideração de Possamai (2001) do prédio centenário enquanto acervo do MJF, levou à proposição do entendimento da Magnólia, mesmo que simbolicamente, como acervo do MJF. Logicamente, ela não se enquadra na categoria de “objeto de museu”, porém, pertence ao MJF, faz parte do entorno, tem sua identidade associada a essa instituição museológica e pode ser compreendida como motivação de atividades educativas-culturais do MJF.

A informação levantada na pesquisa do tombamento da Magnólia registrado no Inventário das árvores, demonstra seu valor histórico, cultural e ambiental, permitindo entendê-la enquanto patrimônio vivo e mote para a elaboração de atividades que reflitam sobre a responsabilização ambiental. Nesse propósito, a Magnólia é culturalmente reconhecida como integrante da história do próprio Solar, podendo ser abordadas, através dela, temáticas como a ecologia e educação ambiental de maneira dinâmica, plural e transformadora.

A educação ambiental em museus tem o poder de formar protagonistas que assegurem as condições de vida no planeta, para as gerações futuras. E a pesquisa realizada e aqui descrita, sem pretender esgotar o tema, intenciona ser uma semente para

novos olhares sobre o patrimônio ambiental como objeto de pesquisa na Museologia.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Katia Cilene de. *Raízes entrelaçadas no tempo: a Magnólia e o Museu de Porto Alegre* Joaquim Felizardo. 2018, 50p. Trabalho de Conclusão de Curso (Museologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189797>. Acesso em: 05 mar. 2021.

BRUNELLI, Maria Teresa. *Projeto Museográfico - Espaço de entrada*. Museu Joaquim Felizardo. Porto Alegre, 1995.

BRULON, Bruno. Provocando a Museologia: o pensamento geminal de Zbynek Z. Stránský e a Escola de Brno. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material* 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142017000100403#fn53](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142017000100403#fn53). Acesso em: 2 jul. 2018.

*Carta da Conferência Intergovernamental de Tblisi 1977*. Disponível em: <http://igeologico.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Tbilisicompleto.pdf>. Acesso em: 22 out. 2018.

DESVALLÉES, André e MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de Museologia*, editores; Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury, tradução e comentários. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

GIACOMELLI, Sérgio. *Solar Lopo Gonçalves de propriedade rural a museu de Porto Alegre*. Porto Alegre. Cadernos de Museu 2 Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

PORTO ALEGRE, *Decreto 5482 de 8 de abril de 1976*. Declara imunes ao corte as árvores que indica e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/1976/549/5482/decreto-n-5482-1976-declara-imunes-ao-corte-nos-termos-do-artigo-7-da-lei-federal-4771-de-15-de-setembro-de-1965-codigo-florestal-as-arvores-que-indica-e-da-outras-providencias-2019-01-21-versao-compilada>. Acesso em: 25 mar. 2021.

PORTO ALEGRE, Secretaria Municipal da Educação e Cultura. EPACH. Solar Lopo Gonçalves Porto Alegre, Prefeitura Municipal 1987. *Caderno de Restauro I*

POSSAMAI, Zita. *Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

PRONEA. *Programa Nacional de Educação Ambiental*. 2014  
Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>. Acesso em 25 mar. 2021.

SYMANSKI, Luis Claudio P. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no Século XIX*. Porto Alegre EDIPUCRGS, 1998

ROCHA, Luisa Maria Gomes de Mattos. *Musealizar o transitório: O adensamento das relações entre tempos e espaços – Rio de Janeiro*, 2012. Disponível em:  
<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/3189?show=full>. Acesso em 25 mar. 2021.

ZUBARAN, Maria Angélica. O processo de patrimonialização do Solar Lopo Gonçalves: o solar que virou Museu. In: *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio/MAST - vol. 5 n 2 – 2012*. p. 87-102. Disponível em:  
<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/issue/view/14/showToc>. Acesso em: 05 mar. 2021.